

Recebimento: 09/06/2021

Aceite: 12/08/2021

REDISCUTINDO OS SIGNIFICADOS DO URBANISMO

REDISCUSSING THE MEANINGS OF URBANISM

Clovis Ultramari¹
Ariadne dos Santos Daher²
Marcio Machado³

Resumo

Este artigo tem como referência a sua versão anterior, publicada na revista Pós FAUUSP, de 2009, sob o título Significados do Urbanismo. Passada uma década, o presente texto transcreve partes do anterior, agrega novas referências autorais, rediscute seus conceitos e busca assimilar temas emergentes não discutidos à época.

O texto discute os significados possíveis que se tem para o conceito do termo urbanismo e daqueles que lhe são próximos, chegando mesmo a serem confundidos. Para tanto, aborda também suas relações com o planejamento, a gestão e o desenho urbano. Neste percurso, permeando toda a narrativa, está o conceito de cidade, objeto final dos demais. Assim, este artigo ressalta as similaridades e as diferenças entre esses entendimentos e o fato de serem, muitas vezes, usados indistintamente. Os argumentos são construídos a partir de dois pressupostos: o de uma maior abrangência da atuação do urbanismo, o qual incorporaria o planejamento urbano; e o de uma distinção conceitual dessas duas ciências (ou práticas?) poder ser feita a partir de uma maior ou menor aproximação da arte e da arquitetura. Quanto maior a aproximação, mais próximo da faceta de intervenção física do urbanismo estamos; quanto mais distantes, mais claro fica o conceito de planejamento urbano. O artigo tem caráter provocativo e está consciente da polêmica que exercícios de conceituação geram, e sua estrutura conta com uma introdução que ressalta a dificuldade de uma abordagem epistemológica ou conceitual e partes onde se estabelecem semelhanças e distinções dos conceitos tratados. Sua conclusão, propositadamente, resguarda-se de posicionamentos definitivos e propõe a continuidade da discussão.

Palavras-chave: Planejamento urbano. Gestão urbana. Desenho urbano. Urbanismo.

Abstract

The following article is based upon an earlier version of it, published in the Pós FAUUSP journal in 2009, with the title Significados do Urbanismo. After over a decade, those positions were revisited. The present text transcribes parts of that earlier version, adds new references and authors,

¹ Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano pela Universidade Federal do Paraná. Professor da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e do Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Universidade Federal do Paraná, Cutitiba – PR, Brasil. E-mail: ultramari@yahoo.com

² Doutoranda em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Sócia da Jaime Lerner Arquitetos Associados, Cutitiba – PR, Brasil. E-mail: ariadne.daher1@gmail.com

³ Doutorando em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Cutitiba – PR, Brasil. E-mail: marciomachado80@gmail.com

rediscusses its concepts and seeks to incorporate emerging topics and trends not discussed at the time.

This article discusses the different meanings of urbanism by its relation with urban planning and urban design. The similarities and differences between these concepts and the fact that they are often used indistinctly are pointed out. The current article is organized around two hypotheses, where the first involves a broader understanding of urbanism, which incorporates urban planning, and the second is based on the idea that the conceptual distinction between these two fields may be defined according to how close or how far urbanism is from art and architecture. The closer urbanism is to art and architecture, the more it moves away from urban planning. The ideas presented here are intended to be provocative, and the authors are aware of reactions they may generate. This discussion is based on technical literature as well as on debates with other researchers and students. The article starts with an introduction regarding the difficulties and complexities of an epistemological discussion while later sections point out similarities and distinctions between the two main concepts. The conclusion makes the authors position clear but suggests that this issue needs further discussion.

Keywords: Urban planning. Urban management. Urban design. Urbanism.

O debate conceitual

Este artigo apresenta uma reflexão sobre urbanismo e planejamento urbano em termos de áreas de conhecimento cujo objeto é a realidade urbana e, também, por extensão natural, o da região que a contém. De imediato, observa-se que tem como objeto a cidade, a qual, igualmente, tem limitações conceituais há muito conhecidas. Ultramarini (2019, p. 290), por exemplo, já alerta para isso:

Cidade constitui um conceito ainda carente de determinação clara, característico de campos científicos em formação; cidade é um conceito intrinsecamente incompleto, com inserções distintas em campos científicos igualmente distintos; cidade é um conceito multidisciplinar e que busca conciliar distintas prioridades e perspectivas investigativas, com a prerrogativa ora de uma ora outra dessas mesmas prioridades e perspectivas.

A despeito de tal dificuldade, o exercício conceitual se justifica por si só. Um exercício que tem recebido importância crescente nos estudos contemporâneos das ciências sociais (Greene, 2020), que é exigido por uma questão pragmática de diálogo entre pares, e que guarda um potencial de debate ampliado. Assim, na eventualidade de seu resultado não ser contundente, o exercício conceitual se justifica pelo processo argumentativo.

Para esse artigo, além dos dois principais conceitos que se busca discutir, obrigatoriamente, são acrescentados os de desenho urbano e, de forma subentendida, o de gestão urbana. Na discussão aqui apresentada buscam-se similaridades e diferenças entre esses conceitos, como eles são entendidos e como abordam o fenômeno urbano. Estruturado de forma inegavelmente pretensiosa, como um ensaio epistemológico, este artigo busca reconhecer o trajeto conceitual e operacional do urbanismo e do planejamento urbano, algumas vezes, utilizados de modo indistinto.

Na última década desde que a primeira versão desse trabalho foi escrita, algumas mudanças importantes ocorreram. Algumas dessas alterações já eram percebidas e outras surgem de maneira mais inesperada. A vivência cotidiana da globalização, por exemplo, fragiliza o conceito de urbano, confundindo-o com o de sociedade. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que a ideia de um mundo que não mais necessita do adjetivo “urbano” por lhe ser intrínseco, ganha força a ideia de uma rede complexa de cidades, composta de entes independentes, mas conectados. No campo dos estudos urbanos, a teoria das cidades globais incorpora tais fatos em seus arcaibouços conceituais, fazendo com que a escala da atuação do urbanista e dos seus campos de intervenção dilatam-se ainda mais.

O objetivo do artigo é tão-somente o de responder a preocupações conceituais que surgem entre os que planejam, administram ou pesquisam a cidade. No cotidiano dessas tarefas observa-se, pois, pouca clareza entre o significado de urbanismo, de planejamento urbano, de desenho urbano e de gestão urbana. Não se reproduz, aqui, estudos já anteriormente realizados os quais, em uma revisão histórica, resgatam as diferentes fases do urbanismo e mesmo do planejamento urbano. No texto original, optou-se por priorizar a discussão mais propriamente epistemológica. Tal escolha continua atual e relevante: no decorrer desses dez anos, a crise de base nos estudos urbanos fica ainda mais clara. Defender o exercício teórico parece, pois, um compromisso a mais do urbanista, meio a exigências “imediatas e concretas”.

[u]ma disciplina que não reconhece a constituição de seus campos e abordagens pode ter dificuldades em conhecer seus limites e avançar em relação a eles; pode ter dificuldades frente a um mundo empírico em constante movimento (NETTO et al., 2017, p. s/n).

Complementado a defesa do pensar teórico, agora em outras realidades socioeconômicas, Brenner (2018, p. 3) igualmente observa a necessidade de avançar de formas mais produtivas nas discussões epistemológicas sobre cidades:

it is not obvious how to engage in meaningful intellectual dialogue with critics who are inclined to present our core arguments in such polemical, simplified, or superficial ways. In some cases, denunciatory references to our writings appear to serve mainly as a rhetorical foil.

Mesmo as unidades mais básicas da epistemologia de um campo como os seus conceitos precisa ser reconstruída. Segundo Brenner e Schmidt (2014, p. 21):

A new vocabulary of urbanization is needed. Inherited analytical vocabularies [...] do not adequately capture the changing nature of urbanization processes, and their intensely variegated expressions, across the contemporary world.

A elaboração deste artigo iniciou com a certeza que urbanismo, seja como ciência, área de conhecimento, ou mesmo como técnica, estaria fortemente ligado à ideia de intervenção física no espaço das cidades, alterando-as ou construindo-as com propostas e obras de embelezamento, saneamento, sistema viário, espaços públicos e privados. Todavia, também reconhecemos que há outros entendimentos de urbanismo, que o aproximam do de planejamento urbano, sobretudo quando sua preocupação é organizar a maneira como a própria sociedade constrói e consome a cidade.

the concept of urbanism that is a systematic construction of efforts, thoughts, policies, and actions for establishing, developing, maintaining, and sustaining human settlement as a home for everybody who works, live, and play in its spatiotemporal territory (WIRYOMARTONO, 2020, p. 156).

Leme (1999) contribui para esclarecer essa questão ao resumir o percurso histórico do urbanismo no Brasil: primeiramente, um domínio de “pioneiros”, seguidos de engenheiros-arquitetos, arquitetos e, finalmente, equipes multidisciplinares. Essa mesma síntese é reiterada na identificação, pela autora, dos períodos do urbanismo brasileiro: do final do século XIX aos anos 1960, aquilo que se chamou de melhoramentos; dos anos 1970 em diante, a prevalência dos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado.

A mudança de entendimentos que se vivenciou na elaboração deste artigo resulta, talvez, da lembrança de o urbanismo, quando se quis modernista, por exemplo, como sabemos, não ter se apresentado apenas como um projeto de intervenção física em uma cidade específica. Ao contrário,

o movimento chamado urbanismo modernista se caracteriza como um corolário, um manual mesmo, de como proceder para se chegar à cidade ideal. Com isso o urbanismo, utopicamente, acreditava poder alterar a cidade enquanto espaço construído e também a sociedade que a constrói e a usa. De fato, esse urbanismo – e essa é a palavra utilizada ao invés de planejamento urbano -, não apenas desenha a cidade que se quer, mas também determina como essa deve ser obtida e usada, ou seja, acreditando na utopia de poder formatar a sociedade que aí habita. Todavia, ao se considerar o antagonismo entre o acreditar em mudanças societárias a partir do desenho do assentamento urbano proposto e o pensar essas mudanças por meio de novas relações entre seus componentes sociais, o artigo volta a diferenciar os conceitos aqui tratados tal qual em seu início.

A inserção, portanto, de questões relativas às relações da sociedade com o desenho proposta para a cidade aproxima, uma vez mais, o conceito de urbanismo do de planejamento urbano. Para Dias (2020), houve um período pretérito em que o urbanismo buscava superar os problemas sociais por meio de novas formas urbanas ou de regulações do uso do solo. Para esse autor, a persistência de tais problemas quando da criação de cidades como Brasília alertam para a limitação do urbanismo no enfrentamento da exclusão social, dando força assim aos atributos do planejamento urbano, uma prática que se propõe a considerar entendimentos diversos, conciliar interesses e rever as prioridades do estado para prioridades da maioria.

Há uma dificuldade em distinguir os termos e conceitos aqui discutidos. Seriam esses termos: urbanismo, planejamento urbano e, a partir de uma relação imediata, desenho urbano, uma evolução histórica de uma mesma ideia ou diferenciações que convivem temporalmente? Eles são contraditórios ou complementares? Tratam do mesmo objeto?

Para iniciar o debate, diferencia-se o ato de fazer de seu ato anterior, o de planejar. Em um primeiro momento, tem-se o planejamento urbano como ato de planejar, o qual explicita a cidade que se quer em um plano, mas não necessariamente de forma gráfica, tal qual um Plano Diretor Municipal. Em um segundo momento, o urbanismo, o ato de intervir fisicamente, de construir, de ampliar, de reciclar, ou de revitalizar, a partir de um projeto gráfico e intencionalmente claro. Concomitantemente a ambos, tem-se a gestão ou administração urbana, responsável por optar pelo momento de planejar-se ou de intervir-se, de fazer-se planejamento ou urbanismo.

Seria então o planejamento urbano vinculado ao entendimento mais tradicional da cidade: aquele que a planeja, que idealiza seu futuro, que define prioridades, que espaços a ocupar e a não ocupar, e que obras a realizar. Uma vez finalizado esse planejamento, cabe à gestão o papel de executá-lo e fiscalizá-lo. De outra forma, o urbanismo vincular-se-ia à técnica da arquitetura e da engenharia para implementar aquilo que é físico (a obra) e anteriormente determinado pelo planejamento (o plano). Tal simplificação não deve, entretanto, justificar o encerramento da discussão sobre a forma mais correta de se utilizar esses conceitos; tal distinção linear deve ser substituída pela dúvida.

A cidade como objeto e o urbano como fenômeno foi uma distinção conceitual proposta por Henri Lefebvre já nos anos 1960 e muito difundida desde então. Se assim entendidos, cidade e urbano seriam, nessa sequência, os objetos de trabalho do urbanismo e do planejamento. Uma sociedade que se urbaniza nos ecúmenos e também nas complexas relações sociais exige do planejamento urbano sua revisão, pois amplia seus espaços de atuação de forma global. Scott e Storper (2015, p. s/n), confirmam a existência de uma miscigenação entre o conceito de cidade e o de urbano, considerando que o termo urbano “is an incoherent concept, that urban society is nothing less than modern society as a whole, that the urban scale can no longer be separated from the global scale”. A revisão da distinção entre urbano e cidade contribui para uma possível atualização epistemológica entre planejamento urbano e urbanismo.

O urbanismo e sua metamorfose em planejamento urbano

Se propostas ditas utópicas, como as de Fourier, com o Falanstério, de Ebenezer Howard, com a Cidade Jardim, e de Tony Garnier com a Teoria da Cidade Industrial, dentre outros, da virada do século XIX para o XX, fracassaram, geraram conhecimentos para os problemas urbanos então observados. Para Françoise Choay (1965), tais propostas careceram de um melhor entendimento sobre a emergente produção industrial e organização de novos grupos sociais. Para o que mais nos interessa neste artigo, as iniciativas nesse período, ainda que preocupadas em enfrentar novos problemas de uma nova sociedade, exemplificam um urbanismo sempre explicitado pelo desenho, pela forma da cidade desejada. O *Urbanisme*, conforme nomeado por Choay, poderia ser confundido

com planejamento urbano, ou mesmo com *Aménagement du Territoire*⁴. Porém fica evidente, nesses exemplos, a proposta gráfica, a intenção de construir e alterar o espaço construído.

Nesse momento, de gênese do urbanismo, a cidade ainda era vista como um objeto de interesse pontual e marginal em outras ciências, chamando a atenção de seus aspectos quantitativos – seu volume demográfico e o porquê de seu crescimento – para uma sociologia urbana que começava a consolidar-se. Do mesmo modo, a cidade se mostrava como objeto de estudo para as ciências mais preocupadas com os aspectos higienistas e sanitaristas, muito em resposta a um problema ostensivo que resultara de uma urbanização acelerada, pouco planejada e com índices de qualidade de vida bastante baixos.

A partir desse momento, a cidade é claramente o lócus central de relações econômicas, de fluxos, de interesses, riqueza e pobreza; de enriquecer, servir e trabalhar, abolindo, gradualmente, uma relação simplista de oposição do espaço construído e do espaço natural ou rural. Tal cenário, mais especificamente o da habitação das classes trabalhadoras em Londres, sugere à teoria marxista um entendimento evidentemente abrangente, abordando questões sobre a economia, a sociedade e os impactos dos interesses do capital na utilização do solo urbano. A partir desse período, o qual evidencia um novo processo de densificação dos assentamentos humanos, a predominância do fenômeno urbano sobre qualquer outra manifestação socioeconômica territorial é crescente.

A consolidação desse processo justificaria a perspectiva de urbanização total adotada por Lefebvre, o que não significa uma cidade (objeto concreto) de extensão global, e sim um fenômeno urbano global.

A ciência do urbanismo, sugerida por um fenômeno novo - a cidade -, assim se configura formalmente a partir de um problema: o de um espaço com fatos e transformações sentidas como negativas, até então desconhecidos e sucedendo-se a uma velocidade igualmente inédita. Deste cenário até o momento inaudito, o ato de se pensar sobre a cidade herda um pessimismo científico a buscar a solução não no conserto, mas sim na fuga, como foi o caso demonstrado pelos urbanistas utópicos: fugir da cidade, construindo novos espaços, pareceria ser a primeira ação concreta de uma ciência recém-nascida. Pessimismo, utopia e otimismo se intercambiam desde então, sendo a cidade ora passível de solução, ora constituindo o próprio problema da sociedade mundial, ora se constituindo como o mais adequado espaço para o desenvolvimento da história.

Quanto ao otimismo, parece correto dizer que esse pode ser provocado ou incrementando por ações pontuais capazes de sugerir que transformações positivas da cidade estão “em curso”. Otimismos urbanos observados nas últimas décadas nos países centrais e emergentes seriam, pois, todos concretizados por obras de renascença dos espaços centrais, de arquiteturas icônicas, e de *star architects*. A durabilidade e a intenção de tais concretudes, sem dúvida, abrem um grande diálogo de crítica e rejeição (vide Volner, 2021). Sem dúvida, esses cenários de otimismo opõem-se fortemente às cidades dos anos 60 até meados dos 80. Pessimismos como o revelado pela visão quase pastoral nas propostas urbanas de Frank Lloyd Wright (1932-1959) ou no desencanto de Lewis Mumford (1895-1990), por exemplo, podem sintetizar esses anos, nos quais cidades cresceram a taxas demográficas elevadas, a crise econômica generalizada exigiu novas fórmulas de gestão urbana e os centros tradicionais (símbolos de uma história local e agregadores de uma comunidade) conheceram a degradação.

Alimentadas pelo pessimismo ou pelo otimismo de uma época, as bases do urbanismo começavam a consolidar-se: não apenas aquelas a justificarem uma intervenção física segundo a concepção do arquiteto ou do engenheiro, mas aquelas que traduziriam a complexa síntese – se isso for possível – das diversas feições da sociedade, em tempo e em espaço determinados.

Mesmo com algumas reincidências (como as cidades ecológicas, autosustentáveis ou ambientalmente corretas dos anos 1980 e 1990), tal complexidade de fatores urbanos correlacionados em diferentes escalas sinalizava o fracasso de inúmeras tentativas – concretas ou teóricas – de formular-se uma cidade ideal. Como identificar esse ideal, para quem ele serve e em qual momento ele poderia ser visualizado seriam, pois, perguntas não-formuladas explicitamente.

Fica, assim, evidente, que o urbanismo se apresenta como uma ciência voltada a um fenômeno que se complexifica na essência e no entendimento requerido. Mais: a abrangência de tal fenômeno não se restringe, e, portanto, não pode ser assim restritamente enfrentado, quando de sua

⁴ Se traduzido por “Organização do Território”, estaria mais próximo do conceito de planejamento urbano e regional. Preocupado com o desenvolvimento econômico e as desigualdades entre espaços, o *Aménagement du Territoire*, tal qual o planejamento urbano e regional, fundamentam-se, prioritariamente, em leis e planos, ao contrário de desenhos ou projetos de intervenções físicas.

concretização em aglomerados edificados (as cidades). O urbanismo, ou uma ciência do urbano, avança de uma posição marginal em outras ciências, como a sociologia, e mesmo de uma compreensão limitada de seu objeto para, processualmente, constituir uma ciência própria; a um tempo independente e agregadora de diferentes conhecimentos. Nessa ampliação de preocupações, o conceito até então utilizado para o urbanismo, em seu sentido mais restrito, já não parece ser suficiente. Ambiciona-se algo maior, algo a planejar não apenas uma ação concreta, mas pontual, para uma abordagem alargada, de totalidade, tal qual se pretende no planejamento urbano e regional.

Finalizando este item, vale lembrar que as ideias apresentadas acima ainda são hipóteses a serem mais bem debatidas com outros autores. De qualquer maneira, na ousadia de defender-se essa hipótese, reitera-se o caráter provocativo deste artigo.

Urbanismo, arte e arquitetura

É recorrente, na discussão epistemológica do urbanismo, localizar seu surgimento formal, tal qual lembrado por Françoise Choay (1965), em Ildefonso Cerdá, quando de sua Teoria Geral da Urbanização, de 1867. Cerdá, o responsável pelo projeto de ampliação de Barcelona na metade do século XIX, usou o termo “urbe” como sinônimo de assentamento humano e urbanização como o processo de agir sobre a urbe. Desses termos surge “urbanismo”. Em seus estudos, Cerdá discutia temas que variavam desde infraestruturas a questões de ordem mais territorial e sistema de cidades. Com Cerdá, surge então o conceito de urbanismo a partir de uma visão ampliada da cidade sustentadas em métodos “cuantitativos como medios para explicar los hechos sociales [...], alejándose de esta manera de la línea de los utópicos (ALARCÓN, 2008, p. s/n).

Assim, já nesse momento, com Cerdá, o urbanismo apareceria como uma ciência capaz de elaborar críticas e soluções ao espaço urbano, porém sempre evidenciando uma preocupação com a cidade em termos de espaço construído a ser criado, corrigido ou refeito. Mais tarde, nos anos 30, um arquiteto francês, também conhecido no Brasil, Alfred Agache, apresentaria o urbanismo como “uma ciência e uma arte”, como um “conjunto de regras aplicadas ao melhoramento das edificações, do arruamento, da circulação e do descongestionamento das artérias públicas [...] sem descuidar as soluções financeiras” (AGACHE, 1931, apud SANTOS, 2006, p. s/n).

Limitando-se aos trabalhos e compreensões de Ildefonso Cerdá e de Alfred Agache, ambos preocupados em definir a ciência do urbanismo, tem-se que suas atuações profissionais poderiam, também, ser conceituadas como de planejamento urbano e não propriamente de urbanismo. Essa suposição se deve ao fato de, nas ideias desses autores representativos de uma época, ressaltar-se a preocupação com situações as quais vão além do simples desejo de intervenção, mas que avança para uma compreensão mais abrangente da cidade, ou melhor dito, da vida urbana. Concretamente Cerdá, ao traçar a forma de ocupação de Barcelona, ressaltando a convivência comunitária, ou Agache, ao definir, em alguns de seus trabalhos, uma especialização funcional estanque, preparavam essas cidades para um futuro de forma processual. Por um lado, tal abordagem aproximava suas realizações profissionais de um planejamento, ou seja, de uma organização da cidade por vir. Em um e outro casos, ditavam-se as regras, planejava-se o desenvolvimento da cidade, para, ao longo do tempo, essa adquirir a feição desejada. Por outro, as soluções propostas por esses urbanistas ainda estavam distantes de disposições de caráter mais estrutural, as quais considerassem a complexidade de forças sociais e econômicas que, verdadeiramente, formatam as cidades. Todavia, em avaliação mais superficial do trabalho de Cerdá ou de Agache, estes parecem acreditar na construção de uma nova cidade tão-somente pelo desenho do espaço urbano, pelo desenho da manifestação do fenômeno desejado, e não pela lida da dinâmica urbana (embates sociais, políticos, econômicos e culturais em diferentes escalas).

Tal distinção nos lembra, também, a errônea separação do planejar e do agir, fazendo planejamento e urbanismo se apresentarem não apenas como distintos, mas igualmente como opostos. Sarah Fedlman (2005) ilustra essa “discórdia” com a oposição do professor Anhaia Mello, idealizador do Plano Regional de São Paulo, ao trabalho do prefeito de São Paulo, Prestes Maia, reconhecido pelo seu Plano de Avenidas, de inspiração haussmaniana. O primeiro reivindicava o “aparelhamento do setor de urbanismo” para criar planos, e não apenas operações de ordenamento viário. O segundo, pela crítica a esses mesmos planos:

Não cremos que o urbanismo municipal tenha deixado de fazer ‘planos’ por incapacidade, ou má orientação, mas muito

simplesmente porque este campo é vago e neles os técnicos estariam desprovidos de base opinativa credenciada e democraticamente invocada ... Estariam eles laborando no ar e perdendo tempo, que aliás têm aproveitado bem, fazendo justamente projetos de voire... (PRESTES MAIA, 1954, apud FELDMAN, 2005, p. s/n).

Recorrendo-se ainda a Feldman (2005), o domínio de arquitetos e de engenheiros no urbanismo pode ser observado nas palavras de Mello ao defender a formação especializada do urbanista, ou seja, não como a apropriação por outras formações profissionais. O professor ressalta o papel do arquiteto como “perito na obra de bem construir” e do engenheiro civil, como “entendido na construção de ruas, pontes, pavimentações, transportes”. Em ampliação do conceito, agregando ao urbanismo um perfil multidisciplinar, considerava ainda “necessária e imprescindível a colaboração e cooperação do jurista, do legislador, do economista, do sociólogo...” (ANHAIA MELLO, 1928, apud FELDMAN, 2005, p. s/n).

Retornando aos argumentos de Agache, vê-se que ele define urbanismo em um tempo anterior ao de sua própria atuação profissional, na realização de planos de ocupação urbana, os quais desenvolveria mais intensamente na década de 1940. Isso talvez explique a incongruência conceitual a respeito de sua ciência. Na realidade, Agache, em sua definição de urbanismo, reproduz a preocupação com a forma e a plástica, ou seja, com uma arquitetura de representação. Sem dúvida, se visto por sua gênese, o urbanismo estará sempre associado à arquitetura e à arte; sempre como uma ciência que observa seu objeto pelo viés desse par.

Todavia, a despeito dessa conexão nas origens, e certamente isso qualificaria o futuro do urbanismo, observa-se um vaivém que mescla proximidade e distanciamento em sua relação com essas mesmas arquitetura e arte. A outra hipótese que se lança neste artigo é a de que, ao distanciarmos o urbanismo da arte e da arquitetura, aproximamos a atividade de “desejar mudar a cidade” do planejamento urbano, este mais preocupado com um intrincado sistema de relações socioeconômicas.

Seguindo esse percurso temporal a partir dos anos 1980, no Brasil, pode-se falar de um quase rompimento entre urbanismo e arquitetura, passando-se a buscar soluções estruturais para as cidades, aguardando grandes mudanças societárias para resolver os problemas urbanos. Para ilustrar esse distanciamento do urbanismo com suas raízes mais pragmáticas, vale lembrar Gutman (1981), o qual receava o incremento no número de profissionais que se qualificavam como urbanistas em abandonarem a preocupação com a transformação e o controle do meio físico para se ocupar de modelagens sociais e culturais da cidade.

Do mesmo modo, Manuel Castells, referência obrigatória para se compreender a cidade nos anos 1970 e 1980, resume a “questão urbana” como um fenômeno que, obrigatoriamente, vai além “da deformação da realidade pelo positivismo” (1983; primeira edição em 1971, p. s/n). Com isso o autor rejeita as ideias de procurar-se entender o fenômeno urbano de forma positivista ou mesmo tecnicista, ignorando formas mais complexas de uma realidade social, econômica e política.

Já no final dos anos 1980, ao contrário da década que a havia antecedido, com as iniciativas da renascença urbana em cidades da Europa e Estados Unidos, avançou-se para uma proximidade jamais vista entre urbanismo e arquitetura. Combinando um discurso de requalificação das áreas centrais das cidades, o urbanismo vai, mais uma vez, buscar a aproximação com a arquitetura e com as artes. Com a primeira, tal proximidade ocorre na implementação dos chamados “grandes projetos urbanos”, quase sempre ícones assinados por arquitetos de renome e pretensamente habilitados para garantir competitividade à cidade que os contêm. Com a arte, o urbanismo se aproxima não apenas por suas expressões visuais concretizadas nos mesmos grandes projetos urbanos, mas também na função desses edifícios, abrigando e fomentando atividades artísticas, culturais e de entretenimento.

Mudanças e permanências

A despeito de ampliações no entendimento, pelo urbanismo, de seu próprio objeto, ele não deixa de guardar muitas de suas características originais; fato o qual tem gerado, inclusive, uma das principais críticas ao seu produto. Disso surgem dois receios. O primeiro diz respeito ao alcance do desejo da prancheta do arquiteto – ainda que traduzido em intervenção concreta – sobre as relações da sociedade. O segundo é sobre o risco de, ao ampliar as bases de seu entendimento, agregando

preocupações socioeconômicas às suas propostas, o urbanismo acreditar poder alterar a sociedade. Se focado na transformação física do espaço, como explicar o uso do conceito urbanismo – e não de planejamento urbano – para traduzir os interesses, por exemplo, do movimento moderno? Sem necessariamente criticar, Françoise Choay (1965) afirma que o urbanismo, tal qual reivindicado por Le Corbusier, é entendido como uma universalidade científica capaz de sintetizar o ponto de vista correto sobre o problema das cidades. De fato, é da fase do urbanismo modernista, desencadeado pelos congressos internacionais de arquitetura moderna / CIAMs, e dos quais Le Corbusier é um dos mais proeminentes porta-vozes, que se agudiza o entendimento do urbanismo como uma extensão da atividade profissional do arquiteto e, assim, opõe-se a um entendimento multidisciplinar cada vez mais exigido. Domínio ainda reservado, em sua maior parte, a arquitetos, o urbanismo corre o risco de implementar-se por meio de atitudes concretas capazes de transformar a base física de um determinado espaço urbano, ou de um compartimento seu, porém desprovidas de visão política e social mais abrangente. Assim, se reservada sua atuação a determinados especialistas, como afirma Choay (op. cit.), o urbanismo se apresenta ambíguo. Persiste, pois, no urbanismo, sua crença de solução do problema urbano por meio de sua técnica e sua pretensão a propor um modelo de cidade ideal, a partir de cânones hegemônicos para cada uma das épocas que vivencia.

É nos anos 50, no período de reconstrução pós-guerra, na Europa e nos Estados Unidos, afirma Choay (op. cit.), que o urbanismo se submete, mais uma vez, a grandes mudanças. Agora ele recebe a contribuição de diferentes perspectivas, garantindo uma visão necessariamente mais analítica e mesmo crítica da cidade enquanto espaço de relação das diferentes classes sociais. Desta feita, definitivamente, o urbanismo não seria mais um campo de atuação solitária do arquiteto, rechaçando-se, categoricamente, afirmações como a de Le Corbusier, quase de caráter corporativista:

... o urbanista nada mais é que o arquiteto. O primeiro organiza os espaços arquitetônicos, fixa o lugar e a destinação dos continentes construídos, liga todas as coisas no tempo e no espaço por meio de uma rede de circulações. E o outro, o arquiteto, ainda que interessado numa simples habitação e, nesta habitação numa mera cozinha, também constrói continentes, cria espaços, decide sobre circulações. No plano do ato criativo são um só o arquiteto e o urbanista (LE CORBUSIER, 1985, apud SOUZA, 2002, p. s/n).

Conclui-se, portanto, sobre a chamada ambiguidade do urbanismo, sua gênese que valoriza a intervenção física, a permanência dessa prioridade em sua prática e a recorrente mutação em ora se propor a construir uma nova cidade a partir de uma nova sociedade, ora a redefinir a sociedade a partir de suas intervenções. Assim, mesmo guardando as particularidades de sua emergência, sempre vinculado as suas ciências de origem, a arquitetura e a arte tanto se aproximam como se afastam daquilo que parece ser a preocupação multidisciplinar do planejamento urbano.

A pretensa exclusividade do urbanismo ao profissional da arquitetura, considerando todo o impacto que isso gera no desenvolvimento dessa ciência, explicita a distinção entre ele e o planejamento urbano.

Se urbanismo e planejamento urbano se preocupam com os fenômenos que moldam a cidade, ampliando-a, evidentemente, para espaços regionais e macrorregionais, eles diferem com mais evidência pela forma como atuam. Enquanto o urbanismo permanece menos multidisciplinar e historicamente preocupado com o desenho que a cidade pode assumir, pela ocupação e uso enganosamente homogêneo dos agentes urbanos, o planejamento urbano se preocupa com os conflitos os quais esse uso e essa ocupação, obrigatoriamente, geram sobre o espaço da cidade. Desnecessário dizer que, enquanto o primeiro sobrevive em seus objetivos e responsabilidades de modo mais monodisciplinar, o segundo, obrigatoriamente, busca o concerto difícil de inúmeras outras ciências. A diferença entre um e outro não significa que o urbanismo possa existir sem planejamento; sem contar com um momento anterior no qual se planeja e um momento no qual se executa o planejado. De fato, não parece plausível vislumbrar uma obra urbana, um projeto de intervenção, sem antes planejá-lo; do mesmo modo, não se planeja algo que não se acredita poder acontecer de fato.

Se o início do urbanismo poderia ser datado na metade do século XIX, o planejamento urbano, por sua vez, parece surgir como um desejo mais explícito de regulação do estado no período pós-

1945 e com maior vigor nos países socialistas e comunistas, justamente onde seria maior a importância do estado na sociedade e na economia. Todavia, na discussão sobre as diferenças entre um e outro, vale a lembrança de as cidades serem construídas, destruídas e atualizadas desde períodos tão remotos quanto o próprio fenômeno da urbanização. Do mesmo modo, o pensar anterior ao agir, ainda que não formulado com clareza científica, é, evidentemente, encontrado em tempos também pretéritos. Tal constatação coloca em dúvida, portanto, a separação entre uma e outra ciência e seu surgimento em determinado momento preciso da história. Isso permite, talvez, o uso indistinto desses dois termos e, o mais importante, implica na impossibilidade de sintetizá-los conceitualmente com clareza. Além da diferença entre os tempos de surgimento de um e de outro, acreditando que conjunturas diferentes criaram demandas diferentes, deve-se ressaltar a distinção de cada um em encarar o fenômeno urbano.

Outra maneira de ver a diferença entre urbanismo e planejamento urbano é considerar o segundo como um conceito ampliado, uma ciência mais ampla. Esse se ocuparia, pois, de atividades relacionadas à pesquisa, planos setoriais diversos, regulação e controle do uso do solo e atividades correlatas, como a garantia do atendimento a serviços (educação, saúde e segurança) e infraestruturas básicas (redes de água, esgoto, pavimentação, transporte).

De tal atuação ampla, o planejamento urbano conviveria com outras ciências, confundindo-se mesmo, em alguns momentos, com a sociologia, geografia, economia e ciências políticas. Assim, confirma-se a ideia de o planejamento urbano mostrar-se como uma área do conhecimento de caráter eminentemente multidisciplinar e preocupada com a forma societária desenvolvida em seu espaço de interesse, a cidade. No outro extremo, o urbanismo estaria preocupado com partes de uma cidade ou, como é sempre lembrado, na proposição de cidades novas, em uma postura utópica ao ver uma sociedade reformulada emergir a partir de um reluzente desenho do espaço a ser ocupado.

Para exemplificar, ainda que parcialmente essas ideias, toma-se o chamado *New Urbanism*⁵, sempre entendido como um *urban design movement*; o qual demonstra a preocupação precípua com o ambiente construído, com a arquitetura e as infraestruturas. Os princípios desse movimento, limitados a partes de uma cidade, constituem um desenho específico para uma determinada ocupação urbana do espaço. Com isso, distingue-se *urban design* (aqui entendido como urbanismo) de *urban planning* (mais próximo de nosso planejamento urbano).

O poder do desejo

Vista segundo uma perspectiva racionalista e positivista, a cidade é um sistema passível de ser ordenado, corrigido e mantido da forma como fora idealizado. A partir dessa premissa dada ao urbanismo, seu profissional se propõe a formular projetos (ideias representadas graficamente e não apenas em palavras) que sintetizem um desejo de cidade ideal. Façamos um projeto, respeitamos esse projeto e, assim, a cidade ideal se fará: essa parece ser, pois, a máxima racionalista e outorgada ao profissional urbanista. O arquiteto, acostumado a uma outra máxima, a de ser possível brincar de Deus, pretensa e facilmente aceita a arriscada outorga.

Fundamentado, assim, em ideias capazes de transformarem-se em intervenções concretas, o urbanismo se submeteria a críticas por se propor, de forma simplista, a corrigir o errado e evitar o mal. Constituindo o que Françoise Choay (1965) chamaria de urbanismo progressista e sempre defendido por Le Corbusier, na ideia de um universalismo do urbanismo modernista, este seria criticado por sua presunção em alterar aspectos sociais, econômicos e culturais.

Apesar das críticas e mesmo da quase hegemônica desconfiança da parte da academia em relação ao urbanismo modernista, ainda hoje persistem, entre nós, a prática da busca de uma cidade funcional, do modelo ideal de cidade, da intervenção física como fonte transformadora principal da cidade.

Se o conceito de urbanismo há muito se confirma como o de uma ciência crítica à sociedade sobre a qual atua (ora propondo novas cidades, ora reformulando partes das existentes), suas ferramentas se limitam tão-somente a alterar o concreto. Mais importante que seu criador, o urbanista é seu objeto criado, a nova cidade; esta sim capaz de tudo mudar. Ao se criar o objeto, delega-se ao mesmo a tarefa de mudar a sociedade. O fracasso de inúmeras tentativas urbanísticas,

⁵ Movimento surgido no início dos anos 80, nos Estados Unidos. Em conversas com esses autores, o urbanista Jaime Lerner (1937-2021) ironicamente denominava de *Barbie Urbanism*.

diferentes no desenho da cidade proposta, mas similares na indiferença em relação à permanência de antigas relações socioeconômicas, confirmam essa ideia.

De um lado, o urbanismo, adotado como instrumento da ação estratégica e de resultados visíveis em curto espaço de tempo; de outro, o planejamento urbano se prestando àqueles que acreditam na transformação estrutural da sociedade. Na equidistância dessas posturas profissionais, um fértil campo de atuação abandonado. Todavia, a conjuntura atual de opção neoliberal não contribui para essa junção. Se o papel do Estado é reduzido e se o interesse do capital é valorizado, o urbanismo, com seu perfil mais monodisciplinar, é valorizado por crer que, pragmaticamente, pode corrigir erros e construir uma cidade melhor e, idealmente, mais competitiva.

Sem aqui poder se servir de uma pesquisa sobre o assunto, o conhecimento empírico pode indicar que, nas universidades brasileiras de arquitetura e urbanismo, ainda influenciadas por um período de maior relevância do Estado, tem-se, sistematicamente, abandonado o estudo da obra, da infraestrutura, do transporte e mesmo da habitação popular para priorizar o planejamento em seu sentido mais estrito, ou seja, o da lei e o do desejo expresso em palavras. No Brasil, esse fato pode ser exemplificado com vide crença exacerbada, na década de 2000, de os planos diretores serem suficientes para se construir uma política urbana: discutem-se os problemas da cidade, dão-se oportunidades para o debate democrático sobre “a cidade que se deseja”, mas se adia as transformações necessárias e há muito requeridas.

Certo ou errado, valorizou-se o ensino da lei e do processo de planejamento em detrimento da prática da intervenção, seja ela feita pelo capital privado, seja pelo Estado, igualmente com capacidade empreendedora. Do mesmo modo, para o contexto norte-americano, Susan S. Fainstein (2005, p. s/n), ao detectar essa separação entre o pensar a cidade – neste artigo, uma ação mais vinculada ao conceito de planejamento urbano – e o intervir nesse espaço, atividade vinculada ao conceito de urbanismo, conclui pela separação entre o aprender a planejar, o de elaborar diagnósticos e o de intervir:

Programs in city and regional planning typically have one set of courses devoted to the process of planning (planning theory, planning methods), while another group treats the context (structure of cities and regions, urban history) and the object of planning (e. g., redevelopment policy, environmental policy) with little reference to theories of the planning process.

A reduzida relação entre o estudar um fenômeno e o intervir sobre ele sugere um distanciamento contemporâneo entre planejamento urbano e urbanismo.

Aquilo que antes era buscado como um avanço no entendimento do urbanismo, valorizando sua ampliação temática e profissional, hoje, parece dar sinais de fragilidade novamente, mas no sentido contrário. Tal mudança de postura profissional, de compreensão científica e mesmo de posicionamento ideológico, a qual o presente artigo arrisca sobrepor a uma eventual transformação do urbanismo em planejamento urbano, pode ser rastreada na sintética afirmação de Jean Louis Saibib (apud FAINSTEIN, 2005, p. s/n), para quem o pensar a questão urbana segue a trajetória “from a primarily design profession to a social science”.

A antiga e criticada concepção meramente reificada do urbanismo hoje arriscaria desaparecer, aproximando-o assim, mais uma vez, do planejamento urbano. A despeito das fortes críticas contra um urbanismo de detalhes, de pequenos consertos, de design, ou do magnífico, por meio de grandes obras icônicas, paradoxalmente, seríamos destituídos desse urbanismo e envolvidos, mais e mais, por arquiteturas, somente (KOOLHASS, 1995). Essa preocupação integra, pois, um debate maior, o da dúvida entre o valorizar uma obra ou o valorizar a cidade como um todo. A segunda opção parece ser majoritária na literatura científica; porém, sem exclusividade. Volner (2020, p. s/n), por exemplo, afirma que

“For decades, a cavalcade of scholarly stars — [Peggy Deamer](#), Mike Davis, Fredric Jameson, Manfredo Tafuri, pick your fighter — has turned in thrilling critical performances on Marxist themes, giving us essential and often startling insights into the built environment”.

Entretanto, Volner prossegue para a defesa de uma nova crítica, de um convívio possível e necessário entre essa obra e a preocupação com a totalidade da cidade.

Desenho urbano e experiência urbana

Apesar de este artigo já caminhar para sua conclusão – tarefa que julgo a mais difícil -, vale ainda anunciar uma discussão sobre mais um termo que guarda forte relação conceitual e profissional com a arquitetura, o urbanismo e também com o planejamento urbano: o desenho urbano. Para tanto, é necessário servir-se da discussão trazida por Vicente del Rio (1990), para quem o desenho urbano pode ser entendido como área específica de atuação do urbanismo. Seria, então, o desenho urbano o detalhamento de um projeto maior de intervenção, tais quais os projetos complementares ao projeto de arquitetura. Estaríamos aqui, pois, na menor escala possível do planejamento urbano, indo além da intervenção propriamente dita, mas avançando para o detalhe. Tal detalhamento, em uma primeira análise, erroneamente nos aproxima da preocupação embelezadora já anteriormente praticada pelo urbanismo em suas origens mais remotas no século XIX. Todavia, é importante notar que o desenho urbano, hoje, é fruto da técnica, da funcionalidade, da tecnologia, da utilização por veículos e do complexo uso em um espaço urbano, revelando uma preocupação muito mais com a função que com a forma.

Entretanto, a sequência de planejamento urbano, urbanismo e desenho urbano, muitas vezes, parece corresponder a uma hierarquia de escalas. O planejamento seria a única escala capaz de preocupar-se com o contexto regional de uma cidade ou dos diferentes grupos componentes de sua sociedade; o urbanismo teria como escala aquela concretizada pelo espaço urbanizado e/ou a urbanizar, e o desenho urbano preocupado com o detalhe da intervenção.

Consciente da complexidade desse tema, este artigo não pode, porém, deixar de identificar uma outra hierarquia entre esses três conceitos. Mantém-se o desenho urbano como um detalhe projetual da intervenção; contudo, confunde-se a hierarquia entre urbanismo e planejamento urbano. Ermínia Maricato (2000: s/n), ao alertar para o fato de a subserviência de muitas intervenções no espaço urbano reforçarem o interesse de uma hegemonia política e econômica, afirma: “... o urbanismo brasileiro (entendido como planejamento e regulação urbanística) não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade apenas...” A preocupação da autora aqui é a de reiterar a importância de pensar-se ações para o todo de uma cidade e não para suas partes consideradas legais. O aprofundamento dessa discussão poderia confirmar se essa citação apresenta um conceito diferente de urbanismo daquele aqui apresentado, entendido como planejamento e regulação e não, necessariamente, como uma ação pró-ativa de intervenção no espaço da cidade. Tal citação pode também, simplesmente, confirmar o uso indistinto dos conceitos de urbanismo e de planejamento urbano.

Avançando o argumento levantado por Maricato, Brasilmar Ferreira Nunes, em texto de Nunes e Lacerda (2017, p. s/n), é explícito em considerar o possível vínculo do urbanismo com interesses do mercado, justamente pelo seu atributo de prática que envolve obras e valorização imobiliária:

Se, em sua origem, o urbanismo se consolida a partir da necessidade de procurar soluções ao caos urbano [...], ele se firma como disciplina que continua ainda a organizar o crescimento das cidades, mas se coloca também como um dos elementos mais expressivos da transformação do espaço urbano - e da cidade - em mercadoria (s/n).

Tal receio, ou crítica, porém, não é revelada sem a confiança de que esse mesmo urbanismo possa ser implementado para a construção de um ambiente mais adequado para se viver.

Complementarmente, Brasilmar também é categórico no entendimento de o urbanismo ser contido pelo planejamento urbano: “Entre a oferta de infraestrutura física para os serviços coletivos [...] o urbanismo contemporâneo se consolida como vertente do planejamento urbano, justamente aquele sob a responsabilidade direta ou indireta do Estado” (op. cit., p. s/n).

Quando Villaça (1999) revê a história daquilo que ele chama de urbanismo, no Brasil, mais uma vez o conceito parece ser abrangente, seja pelas determinações históricas, seja pela própria síntese conceitual adotada. Para esse autor, o urbanismo do século XIX até os anos 1930 do século

XX se caracteriza por planos de embelezamento, de melhoramentos, com objetivos higiênicos ou sanitários; desses anos 30 até os anos 90, a cidade brasileira se planeja para o enfrentamento de problemas diversos, sobretudo aqueles decorrentes de um crescimento acelerado; dos anos 1990 em diante, a ação seria marcada por um período pós-reforma urbana. Se, em todos esses períodos, o autor citado não identifica uma proposta mais estrutural de mudança da cidade, o urbanismo do período por ele analisado corresponde ao conceito que se sugere adotar neste artigo.

Ao mesmo tempo que o presente texto chama a atenção da validade da discussão conceitual, reconhece a dificuldade que se tem, no próprio campo dos estudos urbanos, para se convencer e justificar sobre tal importância. Nas últimas décadas, algumas tentativas de atualização da terminologia empregada na prática dos urbanistas consolidaram-se e com isso avançou-se na delimitação desse campo como área de conhecimento específica. Não apenas conceitos ganharam contornos mais precisos, mas igualmente muitos termos se proliferaram. O fato de muitos desses termos funcionarem sobretudo como instrumentos de popularização de eventuais mercadorias, ou mesmo de promoção de congressos, projetos individuais em palestras, livros ou tecnologias a eles associados, que como conceitos coerentes pouco contribuí para que tal vocabulário avance em termos de densidade epistemológica. Termos e conceitos testados e discutidos, como o de cidades globais, cidades sustentáveis, cidades resilientes, cidades inteligentes, todos integrantes de uma lista sem fim, tornam-se efêmeros.

regardless of the crucial differences among these concepts, cities often embrace several concepts simultaneously when devising social policies, designing municipal services, and initiating thematic projects (HATUKA et. al, 2018, p. 161)

Por um lado, ampliam-se as possibilidades de entendimento do espaço urbano tentando responder à crise epistemológica anunciada anteriormente nesse trabalho; por outro, alguns desses termos e dos seus entendimentos parecem carecer de pesquisa mais aprofundada e testagem mais sistemática de sua aplicabilidade.

Conclusões

Se, ao longo da história, o chamado urbanismo ou planejamento urbano contaram com diferentes formas de implementá-lo e nomeá-lo, a correta conceituação dos termos aqui discutidos só seria possível se concebida a partir de uma definição do momento histórico. Nessa discussão epistemológica, mudam os conceitos, confundindo-se com o de outras ciências, ao mesmo tempo em que mudam as formas de buscar-se um determinado modelo de cidade. Em algum momento, sobretudo no urbanismo moderno, buscou-se a cidade ideal por meio de regulações e separações de funções; em outro momento valorizou-se a simples regulação do uso do solo; em outro momento, ainda, o urbanismo buscou a cidade sustentável, valorizando o estudo, a proteção do ambiente natural; por último, também buscou a cidade democrática, valorizando a participação comunitária. Esse mesmo raciocínio, o qual caracteriza o urbanismo como prática que se atualiza e que acumula mais e mais responsabilidades, é reiterado por Bernardo Secchi (2005). Para esse autor, o urbanismo segue uma trajetória de atuações que se amplia: de preocupações locais com questões muito específicas do ambiente construído, segundo demandas de um determinado grupo agentes da cidade, para um difícil compromisso de consensos.

Na mudança de paradigmas, mudaram-se as ferramentas com as quais o urbanismo trabalha, ora se aproximando da intervenção ou mesmo modelagem de um espaço físico, ora se aproximando da construção de uma cidade futura por meio, tão-somente, de uma explicitação visual de um desejo urbano em desenho ou em lei. Nesse vaivém, urbanismo e planejamento urbano estariam às vezes mais próximos, às vezes mais distantes.

Este artigo buscou resgatar alguma discussão sobre o conceito de urbanismo e de planejamento urbano. E, em absoluto, considerou correto arriscar uma nova construção conceitual ou mesmo sintetizar o que já fora previamente desenvolvido por outros autores.

Em algum momento, urbanismo pareceu resultar de uma ciência maior – o planejamento urbano. Em outros, tem-se a certeza que o correto seria entendê-lo de forma reversa. Assim, o planejamento urbano estaria fazendo parte de uma ciência maior denominada urbanismo. Em alguns outros momentos, ainda, sugere-se a utilização indistinta entre urbanismo e planejamento urbano.

Fica claro, no entanto, tal qual explicitado por Secchi (op. cit), quando este nos fala do “fim do autor”, que a cada incremento da complexidade profissional do urbanismo/planejamento urbano, dirigimo-nos a um entendimento, obrigatoriamente, multidisciplinar e disposto a submeter-se ao acordado comunitariamente, conforme realidades socioeconômicas e políticas.

Poderíamos, exageradamente, assumir urbanismo como uma ciência cujo objetivo é ordenar os elementos naturais, construídos e societários, no espaço ocupado ou a ser ocupado por um determinado assentamento humano. Tal conceito poderia, ainda, ser ampliado para o tratamento desse conjunto de elementos com seu espaço regional, com a rede nacional e internacional de cidades. Na prática, esse mesmo urbanismo pode ser entendido como uma ciência que se utiliza, prioritariamente, do zoneamento e de intervenções físicas para sua concretização como prática. Ora o conceito é amplo e pretensioso, ora a prática é reducionista.

Referências

ALARCÓN, María Teresa. *El Plan Cerdá para Barcelona y el urbanismo argentino del siglo XIX*. Disponível em <https://studylib.es/doc/5546955/el-plan-cerd%C3%A1-para-barcelona-y-el-urbanismo-argentino-del> Acesso em: ago. 2020.

AGACHE, Alfred. *Cidade do Rio de Janeiro, remodelação, extensão e embelezamento* (Plano Agache). Rio de Janeiro: Foye Brésilien, 1930.

BRENNER, Neil. Debating planetary urbanization: For an engaged pluralism. *Environment and Planning D: Society and Space*, vol. 36, no. 3, June 2018, pp. 570–590, <https://doi.org/10.1177/0263775818757510> Acesso em: jan. 2021.

BRENNER, Neil. SCHMID, Christian. The ‘Urban Age’ in Question. *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 38, 2014, pp. 731–755. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12115> Acesso em: jan. 2021.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

CHOAY, Françoise. *O urbanismo, utopias e realidade, uma antologia*. São Paulo, Perspectiva: 1965.

DEL RIO, Vicente. *Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento*. São Paulo: Pini, 1990.

DIAS, Edson dos. Resgatando o movimento modernista urbano: A expressão de uma conjuntura histórica que marcou as cidades do século XX. *Revista Geo Notas*, Maringá: Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, v. 4, n. 4, 2000. Disponível em <http://www.geonotas.uem.br/geonotas/> Acesso em: mai. 2018.

FAINSTAIN, Susan S. Planning Theory and the City. *Journal of Planning Education and Research*, vol. 25, no. 2, Dec. 2005, pp. 121–130. <https://doi.org/10.1177/0739456X05279275> Acesso em: maio 2021.

FELDMAN, Sarah. *Planejamento e zoneamento. São Paulo: 1947-1972*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2005.

GREENE, Catherine. Nomadic Concepts, Variable Choice, and the Social Sciences. *Philosophy of the Social Sciences*, vol. 50, no. 1, Jan. 2020, pp. 3–22. <https://doi.org/10.1177/0048393119878783> Acesso em: maio 2021.

GUTMAN, Robert. La generación de las calles. In: ANDERSON, S. (Ed.). *Calles: problemas de estructura y diseño*. Barcelona: Gustavo Gili, 1981, p. 259–275.

HATUKA, Tali; ROSEN-ZVI, Issachar; BIRNHACK, Michael; TOCH, Eran & ZUR, Hadas. The Political Premises of Contemporary Urban Concepts: The Global City, the Sustainable City, the Resilient City, the Creative City, and the Smart City. *Planning Theory & Practice*, vol. 19, no. 2, 2018, pp. 160-179. <https://doi.org/10.1080/14649357.2018.1455216> Acesso em: fev. 2021.

KOOLHAAS, Rem. What ever happened to urbanism? In: KOOLHAAS, Rem; MAU, Bruce. *Small, medium, large, extra large*. Nova York: Monacelli Press, 1995.

LE CORBUSIER. *Os três estabelecimentos humanos*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

LEME, Maria Cristina da Silva (Org.). *Urbanismo no Brasil: 1895-1965*. São Paulo: Studio Nobel/FAUUSP/Fupam, 1999.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia et al. *A cidade do pensamento único*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história: Suas origens, suas transformações, suas perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1965.

NETTO, Vinicius M.; FISZON, Maria; MOREIRA, Maria Clara, MORAES, Ivo. *Pesquisa Urbana no Brasil: uma leitura inicial*, Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional; São Paulo, 2017. Disponível em http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesseoes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.4/ST%2010.4-03.pdf Acesso em: maio 2021.

NEW URBANISM. Site oficial: Acesso em: dez. 2006. <https://www.cnu.org/> Acesso em: maio 2019.

NUNES, Christiane Girard Ferreira; LACERDA, Norma. Planejamento urbano, arquitetura e urbanismo: a serviço de uma outra geografia? Brasilmar Ferreira Nunes (em memória). *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, Número Especial Sociedade e Estado 30 anos – 1986-2016. pp. 989-1001. <https://doi.org/10.1590/s0102-69922016.0spe0008> Acesso em: maio 2019.

SANTOS, José Lázaro de Carvalho. Reflexões por um conceito contemporâneo de urbanismo. *Malha Urbana: Revista Lusófona de Urbanismo*, no. 3, 2006, pp. 2-24. <https://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/2174> Acesso em nov. 2019.

SCOTT, Allen J.; STORPER, Michael. The Nature of Cities: The Scope and Limits of Urban Theory. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 39, 2015, pp. 1-15. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12134> Acesso em 15 de março de 2021.

SECCHI, Bernardo. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

ULTRAMARI, Clovis. *O fim das utopias urbanas*. Studio Nobel: São Paulo, 2005.

ULTRAMARI, Clovis. Significados do urbanismo. *Pós FAUUSP* [Internet]. 0(25), 1 de junho de 2009, pp. 166-84. <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/4361> Acesso em 23 de maio de 2021.

ULTRAMARI, Clovis. Conceito de cidade: dificuldades e razões para formulá-lo. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 15, n. 6, dez. 2019. <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5201/859> Acesso em: maio 2021.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (Orgs.). *O processo de Urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp/Fupam, 1999.

VOLNER, Ian. A new book about architecture and capitalism reveals the problem with today's mode of criticism. *The Architects Newspaper*. April 28, 2021. <https://www.archpaper.com/2021/04/icebergs-zombies-and-the-ultra-thin-architecture-and-capitalism-in-the-twenty-first-century/> Acesso em maio de 2021.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.